

ELISABETE FRANÇA:

Construir a cidade do ponto de vista da Arquitetura Social.

As cidades do século XXI exigem, além dos arquitetos urbanistas, profissionais que apresentem soluções humanizadas e inovadoras para a construção das áreas urbanas. Segundo a ONU (2013), mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050. A pauta é atender às demandas da população e às problemáticas crescentes desses espaços.

A arquiteta e urbanista Elisabete França, com vasta experiência nesses projetos, foi convidada a falar sobre “Habitação e Cidade” aos alunos de Arquitetura e Urbanismo do UniBrasil, em março de 2017.

AUTORAS:

Isabella Soares Nascimento
- coordenadora e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UniBrasil Centro Universitário; mestre e doutoranda em Arquitetura.

Luciene Pazinato da Silva
- professora de Ciências Sociais nas escolas de Comunicação, Design e Arquitetura e Urbanismo, Saúde, Humanidades do UniBrasil Centro Universitário; mestre e doutora em Ciências Sociais.

Entender as cidades, construir as cidades e transformar as cidades é papel fundamental dos arquitetos urbanistas, em conjunto com sociólogos, assistentes sociais, geógrafos, advogados, profissionais da área da saúde, artistas e engenheiros, dentre outros. Isto é, de uma equipe multidisciplinar capaz de propor soluções adequadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a partir da habitação, da rua, do bairro e de uma região. Considerando o relatório da Organização das Nações Unidas – ONU de 2013, mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050. Diante dessa realidade, é necessário discutir e colocar em pauta problemas pertinentes às cidades, como: mobilidade, transporte, equipamentos e espaços públicos, infraestrutura e habitação. Conhecer os desafios a serem enfrentados na cidade contemporânea no século XXI é importante para avançar no fortalecimento da sociedade, na direção de proposições mais humanas, justas e igualitárias. Diante desse cenário, a arquiteta Elisabete França, atualmente Diretora de Planejamento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo – CDHU-SP e professora do curso de especialização em Planejamento e Gestão das Cidades da FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado, de São Paulo, foi convidada a realizar Aula Magna intitulada Habitação e Cidade, para alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UniBrasil Centro Universitário, em março de 2017.

Um dos atuais desafios para se viver nas grandes cidades é tornar os espaços urbanos mais humanizados. As diferentes formas de apropriação das populações das cidades, com suas características específicas de viver e de fazer uso da cidade, recolocam o debate sobre as melhorias das habitações de populações de baixa renda, no sentido de pertencimento do espaço urbano.

Elisabete França é doutora pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, desde 2008, e sua pesquisa apresentou propostas de desfavelamento das moradias localizadas nos arredores da represa de Guarapiranga, em São Paulo. Possui grande experiência em Programas de Habitação Popular, nacionais e estrangeiros, devido ao fato de ter sido também coordenadora (2004-2007) de projetos vinculados a financiamentos americanos da Organização das Nações Unidas – ONU, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e



A arquiteta e urbanista Elisabete França.

o Programa para Assentamentos – UN–Habitat, em vários países em desenvolvimento, com destaque para o México, El Salvador, Honduras e Timor Leste. Foi Superintendente da Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo durante 07 anos (2005 – 2012), onde coordenou a elaboração do Plano Municipal de Habitação e vários programas habitacionais, com destaque para Urbanização de Favelas, Recuperação Urbana e Ambiental nos Mananciais e Recuperação de Cortiços na região central da cidade. Desde 1991, vem se dedicando à divulgação da arquitetura e urbanismo, por meio da organização de vários eventos, como as exposições: A Cidade Informal no Século XXI (2010) e São Paulo: da cidade informal aos novos bairros (2012). Vale ressaltar o trabalho de coordenação da mostra itinerante, que durante os seis primeiros meses de 2012 compartilhou experiências entre seis assentamentos precários da cidade de São Paulo, bem como cidades de outros continentes como Roma, Nairóbi, Medellín, Mumbai, Moscou e Bagdá, as quais foram apresentadas no encarte especial da Revista Italiana Domus, em novembro de 2012.

A arquiteta iniciou sua palestra ressaltando a importância do papel dos arquitetos e urbanistas no desenvolvimento de projetos para habitação de interesse social, urbanização de assentamentos precários e requalificação de áreas centrais das cidades.

Apresentou uma retrospectiva dos projetos voltados à Habitação de Interesse Social, destacando primeiramente o edifício Pedregulho, projetado pelo arquiteto modernista Afonso Reidy, em 1950, no bairro São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Na sequência, a arquiteta discorreu sobre a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1966 e o modelo de habitação COHAB a partir de duas práticas: remoção de favelas e construção de novas unidades habitacionais. Apresentou exemplos de projetos como Cidade de Deus, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e a Cidade Tiradentes, no município de São Paulo.



Maura Martins, Isabella S. Nascimento, Elisabete França e Lilian Ferrari.

O projeto Cidade de Deus foi planejado em 1964, resultado de um projeto urbanístico de habitação popular que pretendia ser em larga escala e de baixo custo, voltado para as camadas populares. Foram construídas 3.053 casas, cuja casa-modelo possuía a dimensão de 18 metros quadrados para uma família de quatro pessoas, e o terreno era de 60 metros, o que possibilitava ampliações do imóvel por iniciativa dos moradores.

Ressaltou que modelos como a Cidade de Deus e outros implantados no Brasil, nesses anos, tornaram-se lugares vulneráveis a desastres ambientais e violência social; esses lugares, construídos para proporcionar salubridade em moradia, tornaram-se áreas insalubres em menos de cinco anos de uso. A realidade do local ficou conhecida com a produção reproduzida para o cinema, em 2002, a partir da obra de Paulo Lins (1997) "Cidade de Deus", filme que retrata a vida dos moradores e a vulnerabilidade a todo tipo de violência.

Por outro lado, o Projeto Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo, construído na década de 1980, concentra mais de 40 mil unidades habitacionais, do tipo apartamentos, a maioria delas construída pela Companhia Metropolitana

de Habitação de São Paulo, com o último financiamento do BNH. Os dois projetos possuem semelhanças, pois foram planejados para abrigar famílias atingidas por grandes obras públicas, sendo o Estado o protagonista da produção do espaço. Por anos, essas comunidades viveram esquecidas, abandonadas, buscando suas próprias identidades e vivenciando as transformações ocorridas nas últimas décadas.

Diante desses exemplos, a palestrante propôs uma reflexão sobre como enfrentar os desafios da habitação na cidade contemporânea do século XXI, visto que as periferias das grandes cidades ainda estão repletas de assentamentos precários e ainda possuímos um déficit habitacional no Brasil de 7,7 milhões (Fundação João Pinheiro, 2015).

A narrativa cronológica da palestrante mostrou a solução encontrada pelo Governo Federal em 2010, com a criação do Programa MCMV – Minha Casa Minha Vida, coordenado pelo Ministério das Cidades, prevendo a construção de 1 milhão de moradias populares.

Segundo a arquiteta, o PMCMV apresentou de início uma estrutura que pretendia atender a

famílias de zero a dez salários mínimos, do grupo vulnerável da sociedade, e também permitiria auxílio àqueles que podem ser beneficiados pelas linhas de crédito oferecidas pelo mercado. As Cohabs construíram uma série de conjuntos habitacionais, ao longo dos últimos anos, a partir de modelos casa-padrão e os loteamentos foram implantados em áreas periféricas dos municípios e, novamente, os recursos destinados aos equipamentos públicos deram lugar a mais habitações. A quantidade de moradias foi o objetivo dos governantes brasileiros, que se mostrou efetivo para alterar, de fato, a política habitacional em termos de números de moradias construídas.

Elisabete apresentou uma reportagem do jornal Estado de São Paulo, de 2017, na qual consta que 50% das unidades do Programa MCMV apresenta falhas de construção, bem como falhas no cadastro das famílias beneficiárias do Programa. Uma outra reflexão foi sugerida, do ponto de vista de como o Brasil está construindo suas cidades.

Outros dados apresentados foram do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU BR/2015, com gráficos que mostram que 54% da população brasileira já construiu e/ou reformou seu imóvel, e que 85% dessa fatia não contratou um arquiteto e/ou engenheiro para projetar suas moradias. Diante desses dados, questionou: onde estão esses profissionais e por que não estão projetando as residências da população brasileira de classe média e baixa renda?

Elisabete relatou sua experiência junto à Secretaria de Habitação do município de São Paulo (2005-2012), onde, primeiramente, foi necessário realizar diagnósticos de 800.000 moradias localizadas em assentamentos precários sujeitos a alagamentos. Foi preciso realizar um Plano Municipal de Habitação (2009-2024); desenvolver Planos Integrados a partir de territórios definidos por bacias de drenagem e fortalecer a participação das comunidades. Os Planos contemplaram:

saneamento, drenagem, resíduos sólidos, saúde pública, requalificação urbana e ambiental, redes sociais e equipamentos públicos. Os projetos respeitaram e consideraram as preexistências das comunidades e a cultura do local.

Para ilustrar, apresentou os seguintes projetos: área de Heliópolis, com 1.000.000,00 metros quadrados e construção de 3.700 novas moradias, projetado por Andrade Moretin e Base 3 Arquitetos Associados; o Cantinho do Céu, junto à represa de Guarapiranga, projetado pelo arquiteto Marcos Boldarini; e o Projeto Água Espreada – Faria Lima, 6.500 unidades habitacionais, projetado pelos arquitetos Ciro Pironi, Una Arquitetos entre outros. Destacou também os Projetos do Real Parque e Jardim Edite, projetados por grandes grupos de arquitetos paulistanos, através de concursos promovidos pela Secretaria de Habitação.

Segundo a arquiteta, os desafios atuais são: reconhecer as precariedades urbanas, mudar a cultura do programa único, como o MCMV, levar e manter os serviços públicos para áreas urbanizadas e incentivar as redes sociais existentes em cada bairro.

No propósito dos programas de habitação popular apresentados, constitui um dos desafios viver ou morar nas grandes metrópoles, buscando o aperfeiçoamento da cidade inclusiva. Dessa forma, está sendo desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo, desde 2016, o Projeto de Extensão e de Iniciação Científica para os alunos dos períodos iniciais, na linha de pesquisa das Condições de vida das comunidades de baixa renda do município de Curitiba, e também de Assistência Técnica para moradias precárias. Esses projetos têm como propósito a formação de um aluno com outro olhar sobre a cidade. ■